



AS RUÍNAS DA CIMBA: OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E A MEMÓRIA LOCAL EM ARAGUAÍNA - TOCANTINS

THE RUINS OF CIMBA: A LOOK AT THE INDUSTRIAL HERITAGE AND LOCAL MEMORY IN ARAGUAÍNA – TOCANTINS

FILIPE VIEIRA DE OLIVEIRA

<https://orcid.org/0000-0001-5347-8508>

Doutor em Ciência Ambiental pela Universidade de São Paulo – PROCAM/IEE/USP

Professor Adjunto da UFNT

filipeoliveira@uft.edu.br

ANA LIVIA DOS SANTOS SILVA

<https://orcid.org/0009-0002-0579-7752>

Graduada em Turismo - Universidade Federal do Norte do Tocantins

livia.silva1@uft.edu.br

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de compreender o patrimônio cultural industrial e as percepções da população sobre a memória local representada pelas ruínas da CIMBA em Araguaína, Tocantins. Como metodologia de pesquisa buscou-se uma investigação de caráter qualitativo, analítico e exploratório cujos procedimentos metodológicos consistiram em revisão bibliográfica e realização de entrevistas semiestruturadas. Com isso, pudemos compreender que as ruínas da antiga fábrica da CIMBA não está totalmente integrada ao parque e que a memória local sobre o lugar como um patrimônio cultural industrial da cidade é contraditória e onde não se vê formas de valorização. Estes apontamentos, por fim, abrem espaço para se pensar as inúmeras possibilidades de Educação Patrimonial como forma de preservação/valorização dos elementos da história e da memória local em Araguaína.

Palavras-Chave: Araguaína; Patrimônio Industrial; Memória; Educação Patrimonial.

ABSTRACT

This article aims to understand the industrial cultural heritage and inhabitants' perception of local memory represented by the ruins of CIMBA in Araguaína, Tocantins. As a research methodology, a qualitative, analytical, and exploratory investigation was sought, whose methodological procedures consisted of a bibliographical review and semi-structured interviews. With this, we could understand that the ruins of the old CIMBA factory are not fully integrated into the park and that the local memory about the place as an industrial cultural heritage of the city is contradictory and where no forms of appreciation are seen. These notes, finally, make room for thinking about the countless possibilities of Heritage Education as a way of preserving/valuing the elements of history and local memory in Araguaína.

Keywords: Araguaína; industrial Heritage; Memory; Heritage Education.



INTRODUÇÃO

A urbanização tem um papel fundamental no processo de constituição das cidades e das sociedades contemporâneas. As cidades tornaram-se ao longo do tempo uma realidade concreta – palco dos conflitos sociais, urbanos e ambientais, mas também lugar da história, da memória e das distintas identidades. Elas crescem ou declinam, mas estão sempre em transformação.

As cidades como lócus da materialidade construída e das imaterialidades guardam significativa quantidade de testemunhos do tempo, seja na forma de objetos, lugares ou edificações, seja na forma de tradições, memórias e manifestações da diversidade humana, são muitas vezes lugares de patrimônios culturais, legalmente instituídos ou compartilhados socialmente que representam as permanências a testemunhar as diferentes configurações da ocupação do espaço e das relações socioculturais que se estabelecem no tempo.

Em relação aos testemunhos materiais como as edificações, elas podem ser compreendidas como permanências na paisagem que expressam a ação do trabalho no tempo e no espaço, são suportes da memória e também da história, objetos que contribuem para não permitir o esquecimento dos tempos passados. Estas permanências são elementos impressos na paisagem, é o que fica como legado, forma e espaço construído ou modificado pela ação humana, mas também lembrados pelos seus usos passados e atuais, e que hoje são rugosidades que auxiliam no entendimento acerca da complexidade do espaço produzido.

Para o ilustre geógrafo brasileiro Milton Santos (2012), as rugosidades e permanências nas cidades nos fazem compreender o espaço como uma acumulação desigual de tempos. São por vezes bens simbólicos e representativos de uma sociedade ou comunidade, que a partir da aplicação de técnicas transformaram o espaço em modo de vida e de reprodução social – elementos significativos da paisagem histórica, como é o caso das indústrias, das fábricas e das vilas operárias no período contemporâneo.

Na cidade de Araguaína, no Centro-Norte do estado do Tocantins, é possível observar na paisagem urbana, apesar da sua recente urbanização algumas permanências ou rugosidades de tempos passados, mesmo que de certa forma “abandonadas ou esquecidas no tempo”, como é o caso das ruínas da antiga fábrica da Companhia Industrial e Mercantil da Bacia Amazônica - CIMBA, onde hoje está localizado o Parque Ecológico CIMBA no bairro de mesmo nome.

As ruínas da CIMBA, atualmente, nos faz perceber que lá estão entrelaçados fatores urbanísticos, políticos, econômicos, sociais e culturais de um tempo passado, permeados por vivências históricas do trabalho e da economia local. São processos históricos que produziram materialidades e imaterialidades que permanecem e desaparecem ao longo do tempo a partir das



distintas dinâmicas urbanas vividas, tais como crescimento urbano, especulação imobiliária, apagamento histórico, riscos ambientais etc.).

Estes processos, em geral, pautam o discurso do patrimônio construído. São estes elementos que produziram as formas de ocupação do homem no território e que hoje podem ser considerados patrimônio histórico e cultural mesmo que não oficialmente instituídos. Em vista disso, entende-se que as ruínas da antiga fábrica CIMBA podem ser compreendidas como um patrimônio histórico e cultural local, e mais especificamente como um patrimônio industrial, parte integrante da história material da cidade, mas também da memória de seus trabalhadores e moradores.

Por outro lado, percebe-se que apesar de sua localização dentro de um parque público, que de certa forma pode lhe garantir formas de conservação, já que não está à mercê da maioria das dinâmicas urbanas mencionadas, não se vê uma articulação, ou mesmo diálogo das ruínas com o parque e/ou com a cidade, no sentido de sua conservação ou usos sociais mais adequados. Os usos que se observam, podem de certa forma contribuir com a contínua degradação do bem, ainda que também demonstra certa ocupação daquele espaço por distintas práticas, como o skate, futebol e a utilização do espaço para eventos públicos.

É perceptível também a falta de políticas públicas culturais e ou patrimoniais que ensejam a valorização das ruínas a partir da história e da memória local. Nesse sentido, ressalta-se a complexidade a que os processos patrimoniais estão expostos, entre seus usos e a sua conservação. Em vista disso, neste texto, derivado de pesquisa acadêmica e de um projeto de pesquisa, buscamos analisar as possibilidades de um diálogo mais condizente entre os preceitos do patrimônio industrial e dos usos sociais do patrimônio em espaços públicos, tendo em vista sua inserção no domínio dos usos sociais e da Educação Patrimonial.

Para tanto, a pesquisa apresenta um caráter qualitativo, analítico e exploratório, em que os procedimentos metodológicos estão ancorados em revisão bibliográfica com base nos conceitos fundantes que suportam o referencial teórico e entrevistas semiestruturadas com intuito de compreender a percepção da população em relação às ruínas da CIMBA.

O texto se estrutura a partir da compreensão da formação socioespacial de Araguaína e da inserção da CIMBA na história da cidade. O referencial teórico se apoia nos conceitos de patrimônio histórico e cultural e patrimônio industrial para dar subsídio à compreensão das funções sociais das ruínas no tempo presente. Por fim, apresentamos os resultados da pesquisa e uma discussão sobre a Educação Patrimonial como ferramenta para a construção de uma memória local em Araguaína.



A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE ARAGUAÍNA E A COMPANHIA INDUSTRIAL E MERCANTIL DA BACIA AMAZÔNICA (CIMBA)

O processo de urbanização da sociedade brasileira não se deu da mesma forma em todo o território nacional. As diferenças regionais e o modo político econômico de desenvolvimento promoveram diferenças significativas, principalmente na tardia industrialização de algumas regiões do país que nunca chegaram a se completar, assim como é percebido na região Norte.

Com uma população estimada em 186.245 mil habitantes (IBGE, 2022), Araguaína está localizada entre os rios Lontra e Andorinhas, na região do Vale dos Grandes Rios (Tocantins e Araguaia), pertence à chamada Amazônia Legal, ainda que o bioma predominante seja o Cerrado. Conhecida como a capital econômica do estado do Tocantins, se destaca no cenário regional pelo dinamismo do setor comercial e de serviços, mas também pela forte presença do agronegócio, sendo um dos principais municípios da região denominada MATOPIBA.¹

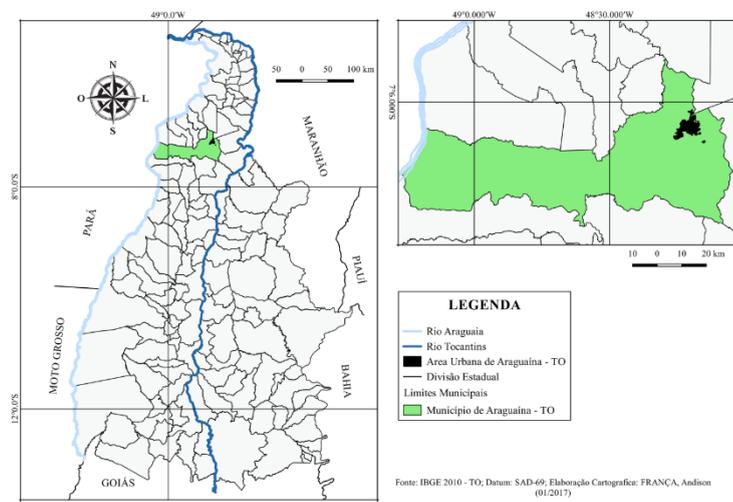
Do ponto de vista histórico, de acordo com Fernandes (2017), Araguaína apresenta uma narrativa peculiar, inicialmente habitada por povos indígenas, sobretudo da etnia Karajá, foi somente em 1866 que os primeiros migrantes chegaram à região, onde há relatos de que eram pessoas vindas da cidade de Paranaguá, no estado do Piauí, que fixaram moradia na margem direita do Rio Lontra (PEREIRA, 2013; ARAGUAÍNA, 2015; FERNANDES, 2017).

Chamada de “Livra-nos Deus”, e posteriormente de povoado Lontra, pertenceu ao município de São Vicente do Araguaia (atual Araguatins), depois passou à administração de Boa Vista do Tocantins (atual Tocantinópolis) e em 1925, com a chegada de novas famílias e a construção da primeira igreja em homenagem ao Sagrado Coração de Jesus, se deu a mudança de nome para Povoado de Araguaína, em homenagem ao Rio Araguaia. Em 1948, a localidade passou a integrar a cidade de Filadélfia, e em 1953 tornou-se distrito até o processo de criação do município em 1958 (PEREIRA, 2013; ARAGUAÍNA, 2015; FERNANDES, 2017).

Com a construção da Rodovia Belém-Brasília na década de 1960 (BR-153) a região teve um grande crescimento socioeconômico, tornando-se rapidamente umas das maiores cidades do antigo Norte de Goiás, e na década de 1990, após a criação do estado do Tocantins, Araguaína tornou-se a maior cidade do mais novo estado brasileiro (ARAGUAÍNA, 2015), e atualmente, é a segunda maior cidade do Tocantins em termos de população, atrás apenas da capital Palmas.

¹ Matopiba é uma região formada por áreas majoritariamente de cerrado nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, para onde a agricultura se expandiu a partir da segunda metade dos anos 1980. Produz de tubérculos a frutas, passando pela pecuária, mas se destaca mesmo é no cultivo de grãos e fibras, especialmente soja, milho e algodão (EMBRAPA, 2022).

Figura 1: Mapa de localização de Araguaína - TO.



Fonte: FERNANDES, 2017 com base em IBGE – TO; Datum: SAD-69; Elaboração Cartográfica: FRANÇA (2017).

Para Fernandes (2017) após se tornar município, Araguaína tinha como atividade econômica principal o cultivo de cereais, comercializados localmente, especialmente no povoado do Coco (atual Babaçulândia), porém, a atividade não conseguiu subsistir ao tempo, devido às grandes dificuldades no escoamento da produção pela ausência das vias terrestres e de comunicação entre os povoados e demais cidades da região. Aspecto um pouco diferente da extração do coco babaçu, muito valorizado pela presença da fábrica Dirce S.A. instalada desde a década de 1950 para a produção de óleo de babaçu (SILVEIRA, 2009).

A construção da BR-153 acompanhou também a chegada de outras fontes econômicas estimuladas em grande parte pelo governo militar com a política de ocupação do interior do país, e desta forma, a mineração foi uma das primeiras a chegar e a utilizar as terras de forma inadequada, com muitos conflitos que determinaram o modelo de ocupação do território, configurando, inclusive, na origem diversificada dos habitantes da região (PEREIRA, 2013).

No contexto da ânsia do desenvolvimentismo, Araguaína passa a ter um crescimento exponencial, sendo o próprio estado brasileiro o maior propulsor deste desenvolvimento, pois, de acordo com Pereira (2013, p. 11), o estado foi “decisivo nessa reorganização territorial do antigo norte de Goiás (atual Tocantins) e, principalmente, em relação ao impulso econômico que deu ao município de Araguaína”.

Este impulso favoreceu uma urbanização acelerada do município, porém, com as características de um crescimento urbano e desigual, produzindo evidentes desigualdades. Para

Silveira (2009), este processo explica a transição rápida da economia camponesa para uma economia voltada à propriedade privada da terra e da agropecuária de larga escala, mas também no surgimento de uma expoente indústria local.

Em relação ao tempo presente, segundo o IBGE (2022), Araguaína apresenta alguns dados que a insere em boa posição do ponto de vista econômico, mas que também ressalta suas desigualdades em termos sociais e de desenvolvimento humano. Araguaína se destaca pela produção agropecuária e por um setor de comércio e serviços forte, onde se inclui o setor da educação básica e superior, o setor hospitalar e o comércio varejista. O setor industrial não representa grande impacto, contudo, foi a partir de uma indústria do setor de beneficiamento do coco babaçu que a pujança de Araguaína se tornou evidente em meados da década de 1960.

A dinâmica econômica do município em seu processo de formação socioespacial não percebeu uma forte industrialização, no entanto, algumas fábricas se instalaram na cidade como foi o caso da chamada de Companhia Industrial e Mercantil da Bacia Amazônica - CIMBA que logo tornou-se referência na região e dinamizou o mercado local a partir da cadeia produtiva do coco babaçu, que segundo Silveira (2009) girava em torno de um complexo comercial que envolvia uma rede diversa composta por: quebradeira-comprador-comerciante-indústria. A produção na época foi considerada uma das primordiais atividades econômicas e industriais estabelecida na localidade de Araguaína, e foi durante o muito tempo fonte de renda local para os trabalhadores (SILVEIRA, 2009).

A CIMBA era referência no polo comercial do Norte do Goiás e, por conseguinte, contribuiu significativamente para o desenvolvimento socioeconômico da cidade de Araguaína. A fábrica funcionou até 1974 e o local onde se localizada ficou “abandonado” por muitos anos. Hoje, apenas restam suas ruínas, que a partir de 2016 foram integradas ao projeto do Parque Ecológico CIMBA.

Figura 2: Ruínas da Fábrica CIMBA anos 1980



Fonte: Silveira, 2009

Estas duas fotografias das ruínas da CIMBA foram retiradas da tese de doutorado de Marcos Silveira (2009) a fim de demonstrar o abandono e também um comparativo com as atuais condições das ruínas, já integradas ao parque e à dinâmica da cidade. Para Silveira (2009), todos os prédios da antiga fábrica, incluindo a casa dos patrões, foram abandonados e tomados pelo matagal. O que se sabe, é que boa parte da estrutura foi levada por moradores que, mais após o fechamento da fábrica e aumento da urbanização da cidade, ocuparam áreas próximas.

Figura 3: Ruínas da fábrica CIMBA em 2022



Fonte: Os autores, 2022

A tese de Silveira (2009) traz em detalhes a questão do trabalho no norte do Tocantins nas décadas de sessenta e setenta, com detalhamento sobre o as relações entre patrões e empregados, como o caso da CIMBA. Elementos que devido aos objetivos do texto, não iremos abordar, mas que são importantes para abarcar a questão da memória dos trabalhadores da fábrica, bem como as relações desiguais e de opressão que passaram os trabalhadores na época conforme relatado pelo autor e seus entrevistados.

O atual Eco Parque CIMBA Benedito Vicente, denominado também de Parque Ecológico CIMBA ou somente Parque CIMBA situa-se no bairro de mesmo nome. É um dos poucos espaços verdes de uso público na cidade, configurando-se como um lugar destinado à práticas de lazer, lazer cultural e esportivo, eventos pontuais ou programados.

Segundo pesquisa realizada por Fernandes (2017) a construção do parque teve como objetivo a ampliação de área de lazer e entretenimento para a população araguainense, à prática de esporte com vistas à melhoria da saúde pública e o incentivo a atividades ao ar livre, bem

como para a revitalização dos mananciais de água do município. De outra forma, o projeto, de acordo com a autora, pouco menciona a integração das ruínas como elemento da paisagem e da história da cidade, tão pouco como um patrimônio histórico e cultural local.

Chama a atenção na pesquisa de Fernandes (2017) o fato de que o projeto do parque CIMBA foi feito em um contexto unilateral, onde o poder público executou as obras com pouca ou quase nenhuma participação social e que após a construção houve certa valorização imobiliária das terras situadas no entorno do parque, em especial no bairro CIMBA, onde já há um loteamento pertencente a mesma proprietária herdeira da fábrica CIMBA, que se beneficiou, em certa medida da construção do parque (FERNANDES, 2017).

Em dissertação de mestrado, a autora apresenta a percepção ambiental da população acerca do parque CIMBA, as quais, em resposta à entrevista aplicada, veem o local como área de lazer, de descanso e até mesmo de trabalho, como é o caso dos vendedores ambulantes. Mas quanto as ruínas, apenas quando os entrevistados eram provocados, as mencionavam:

i) “A construção, ‘casa velha’, deve ser derrubada, está feia, poderia ser um museu”; ii) “A ruína nem deveria existir, deixaram porque é histórico. iii) Foi interditada, poderia cair, não serve para nada, se já foi interditado porque deixaram”; iv) “Gosto de deixar a ruína pelo que ela significou, mas é ruim porque é insegura”; v) “Ruínas é um perigo, se acontecer um acidente quem vai se responsabilizar?”

Deste modo, afirma a autora:

A existência das ruínas da fábrica mantidas no interior do Parque CIMBA, conforme relatado nesta pesquisa, não é de interesse dos entrevistados, uma vez que a menção às ruínas somente foram percebidas quando provocadas na entrevista, o que nos ressalta a importância de pensar o lugar (FERNANDES, 2017, p. 78).

Ao visitar o parque, as ruínas de fato fazem parte da paisagem do lugar e não podem ser ignoradas. E evidentemente fazem parte da memória local e do imaginário das pessoas, mesmo quando analisadas de forma negativa. Isso se dá, ao nosso ver, pois não parecem estar integradas ao cotidiano do parque e de seus frequentadores.

Deste modo, face a esta constatação, observa-se a necessidade de melhor articulação entre o este patrimônio ali presente e outras dinâmicas de uso do espaço público, como é o caso da Educação Patrimonial e do lazer cultural, por exemplo, que em certa medida são elementos presentes no local, mas não trabalhados de forma a valorizar a história e a memória do lugar, e consequentemente, a memória local da própria cidade de Araguaína.



O QUE É UM PATRIMÔNIO INDUSTRIAL?

O conceito de patrimônio é amplo, dialético e complexo, pois se conecta com a ideia de herança, seja ela individual ou coletiva, pública ou privada (GARCIA-CANCLINI, 1999). O patrimônio é, nesse sentido, tudo aquilo que herdamos do passado, ou que nos foi deixado como legado material ou imaterial, e representa um constructo histórico e cultural, pertencente às memórias e às múltiplas identidades.

A palavra patrimônio pode assumir sentidos diversos. Originalmente relacionada à herança familiar e posteriormente assimilada pelas sociedades em seu sentido histórico e cultural, e que hoje se subdivide entre o patrimônio cultural material e o imaterial, o natural e a paisagem, mas todos evidentemente relacionados a cultura humana, ou seja, tudo aquilo que deixamos como legado a partir da nossa interação com o meio ambiente e outras culturas.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, 1972), define que os Patrimônios Culturais e Naturais devem ser preservados a fim de que seja deixado como legado para as futuras gerações como herança e conhecimento de tempos passados, na medida em que se constatou que muitos patrimônios estavam e ainda estão em risco de desaparecimento.

No Brasil, a discussão acerca do patrimônio cultural se faz presente desde a promulgação do Decreto-Lei Federal em 1937 que instituiu as formas de proteção do patrimônio cultural brasileiro por meio do instrumento do tombamento e da criação de um organismo oficial que tempos depois se tornou o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), culminando na inserção da obrigação da conservação do patrimônio cultural brasileiro na Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 216 define:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

O patrimônio cultural, muitas vezes denominado de patrimônio histórico, pode ser compreendido como um constructo que abarca em si bens materiais, imateriais e bens naturais com significância histórica pertinente para uma sociedade ou comunidade, podendo esse patrimônio ser composto por objetos, como obras de arte, igrejas, praças, monumentos, uma

parte da cidade, como os edifícios, esculturas, estátuas ou ruínas. que são permanências na paisagem e que se relacionam diretamente com a história, as memórias e as identidades locais.

Huges de Varine (1975 *apud* OLIVEIRA, 2020), afirma que o patrimônio cultural é uma construção social que deve ser instituído por ação pública, pois é uma categoria conceitual que se constitui de três elementos fundamentais: o primeiro são os elementos naturais, pois são os bens naturais que tornam o mundo habitável; o segundo compreende o conhecimento, as técnicas, o saber, e o saber-fazer, os elementos intangíveis do patrimônio; e o terceiro corresponde às construções humanas que têm origem na interação entre a natureza e o saber-fazer do homem, chamado de patrimônio material.

Em vista disso, o patrimônio material de uma cidade pode ser compreendido como um conjunto de bens que tem significado cultural, de memória, história ou identidade, onde a sua conservação é de interesse público, seja através dos lugares memoráveis ou objetos contidos no espaço, ou dos lugares que no passado representam parte da cidade e que hoje expressam tais permanências, como é o caso das indústrias e fábricas.

Chamadas de patrimônio industrial, segundo Normandi (2017), estas permanências podem proporcionar o entendimento a respeito do funcionamento industrial da cidade, retratando a sua importância para o cenário de formação social da cidade, bem como da memória que as pessoas projetam sobre estes bens no presente.

Para Rosa (2011) a construção do conceito de patrimônio industrial se deu por meio da ressignificação e da reapropriação das permanências da produção industrial do passado, de modo que essas estruturas, antes espaços desvalorizados, passaram a ser dotados de valor.

O patrimônio industrial remete às permanências de edifícios e estruturas físicas, entendido, do ponto de vista patrimonial como um monumento ou até mesmo ruínas. Para o IPHAN (1999), um monumento é uma edificação ou sítio histórico de caráter exemplar, por seu significado na trajetória de vida de uma sociedade/comunidade e por suas características peculiares de forma, estilo e função. Existem monumentos construídos especialmente para celebrar ou relembrar algum episódio, momento ou personagem de nossa história, criados por arquitetos, escultores, artistas, mas também existem os monumentos que antes tiveram algum uso específico, social ou econômico e hoje, permanecem na paisagem como testemunhos, permanências e rugosidades da história local, e fazem parte, portanto, da memória da cidade.

A memória segundo Halbwachs (2004) não se resume à vida de um indivíduo, é também uma construção coletiva, um fenômeno construído, organizado a partir do presente, mas que é em certa medida, herdada do passado. E nas cidades estas memórias resultam da dialética entre



o tempo e o espaço construído, que se transformam ao longo do desenvolvimento da urbe e das identidades locais em lugares de memória (NORA, 1993).

Pierre Nora (1993) entende que a sociedade atual produz um passado morto, envolta numa percepção geral de que algo está sempre desaparecendo. E por esta razão acabam por produzir os lugares de memória, que são, segundo o autor “ sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo ”, mas que são, antes de tudo, restos, marcos testemunhais de uma outra era (NORA, 1993, p. 13).

Em que pese todas as relações de memória e identidade do patrimônio cultural, é preciso pensar que para a sua efetivação enquanto bens de reconhecimento coletivo, seus usos atuais também devem ser reconhecidos pela população no sentido da preservação da memória e dos lugares de memória, mas também de novos usos sociais do patrimônio.

O patrimônio cultural de uma cidade precisa ser valorizado a partir de seus usos, com a premissa de que a sua relevância se encontra atrelada a um modelo que tem um impacto significativo no desenvolvimento local e no crescimento da cidade (OLIVEIRA, 2020). Com isso, os usos turísticos e de lazer, por exemplo, se mostram uma possibilidade tanto da valorização do bem quanto de sua conservação. Do mesmo modo, ações de valorização por meio da Educação Patrimonial também se mostram condizentes com as características do patrimônio industrial representado pelas ruínas da fábrica CIMBA em Araguaína.

Diante do exposto, entende-se que, mesmo não sendo um bem oficialmente patrimonializado, as ruínas da CIMBA podem ser caracterizadas como um patrimônio industrial, pois remonta aos processos econômicos e sociais passados e que hoje, apesar de não ter mesmo a mesma função, tornou-se elemento da paisagem local de Araguaína e da memória de sua população. Agora, coube compreender como que esta população vê este patrimônio em relação às dinâmicas da cidade e de pertencimento enquanto lugar de memória da cidade, assim como quais são as suas possibilidades de usos sociais?

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a pesquisa aplicada foram realizadas vinte entrevistas semiestruturadas com pessoas adultas escolhidas aleatoriamente no mês de novembro de 2022, durante dois dias pré-definidos (um dia durante a semana e um dia durante o final de semana) no parque CIMBA. As entrevistas foram gravadas com o devido consentimento dos participantes e serviram de suporte para a discussão e conclusões da pesquisa.

As perguntas aplicadas se voltaram a compreender a CIMBA como patrimônio cultural e industrial da cidade e a sua atual inserção dentro de um parque como opção de lazer para a população de Araguaína. As primeiras questões se relacionavam com a história da CIMBA. Com isso, pudemos perceber que a maioria dos entrevistados disseram não conhecer a história da fábrica e apenas alguns participantes mencionaram que ali funcionava uma indústria, umas das primeiras da cidade, e que outros lembravam que era uma fábrica de sabão.

Sobre a importância da fábrica para a cidade, parte dos entrevistados afirmaram que ela tem uma grande importância como um marco histórico e por ser um lugar que ajudou na geração de empregos no passado, mesmo muitos deles afirmarem não conhecer toda a história do local. Nesse sentido, o que se pode constatar é que não há uma identificação por parte dos frequentadores do parque sobre o que foi ou representou a CIMBA e isso se nota pela não integração das ruínas com o parque, seja pela falta de usos sociais ou pela falta de informações sobre as ruínas.

Em relação aos usos atuais, a maior parte dos entrevistados consideram as ruínas um patrimônio cultural da cidade, sempre ressaltando a importância da fábrica do ponto de vista econômico e por representar a história da cidade como um símbolo de Araguaína, mas percebe-se certa confusão ao relacionar o parque com as ruínas, pois mesmo perguntados sobre a fábrica, muitos respondiam sobre o parque e de sua importância para o lazer urbano, como expõe um dos entrevistados neste trecho destacado:

“Considero sim, muito, muito mesmo. Olha, porque ficou assim, ficou um patrimônio, que não existia aqui na cidade pro (sic) pessoal fazer caminhada, pro pessoal fazer um dia de domingo vir pra cá ficar com a família, com as crianças, né? Fazer um piquenique, fazer um casamento que aqui já gera casamento também. Então, ficou um órgão, um patrimônio público muito bom e aceito para todo mundo de Araguaína (sic)”.

Em relação a lembrança do espaço antes da construção do parque, grande parte dos entrevistados afirmaram que só tem lembranças do local abandonado e as ruínas da fábrica eram assim como elas estão hoje, e que a memória sobre a fábrica, devido ao longo período em desuso é de um lugar abandonado e que não havia usos:

“A memória que eu tenho é assim: eu passava aqui e via muito abandono, muita sujeira, muito mato, então a lembrança que eu tenho é só essa. A fábrica já não existia mais, só as ruínas mesmo, no meio do mato”.

Sobre se a integração das ruínas ao parque CIMBA, os respondentes afirmaram em sua maioria que na percepção deles as ruínas estão ali pela preservação da história, mas que nunca viram nenhuma ação sobre elas por parte do poder público, e que também há pouca manutenção, pois há muito mato e que pode ser perigoso por conta das condições estruturais das ruínas.

Na sequência, perguntados acerca da conservação das ruínas pelo poder público, os entrevistados responderam que não há conservação, sendo este um grande problema e desafio para a gestão do parque. O que ressalta a urgência de ações para a valorização do lugar.

Sobre a importância do conjunto do parque CIMBA como um equipamento de lazer, os entrevistados disseram, em sua maioria, que o parque é muito bom pois é uma opção de lazer para a cidade, mas que ainda faltam alguns equipamentos para usufruto da população:

“A importância é um lugar pra você vim (sic), passar com a família, é um local bom, assim, falta muita coisa a desejar aqui (sic), aqui ainda falta quiosque, umas quadras de futebol, um ginásio que não tem. O pessoal vem pra cá mesmo só pra poder fazer piquenique, correr e pedalar aqui, só isso e comemorar aniversário, pra aniversário de criança”.

Ao caminhar pelo parque, principalmente no fim de tarde, percebe-se que os usos atuais das ruínas se voltam para algumas práticas, como skate e futebol (dentro das ruínas), muitos entrevistados afirmam que esses usos são feitos de forma errada e perigosa, porém por não terem espaços dentro do parque para a prática de esporte ou até mesmo para a realização de eventos dos mais variados tipos, esse é o único lugar que eles usam para tal prática, conduzindo, na visão dos entrevistados, a uma desvalorização do espaço e usos inadequados. E deste modo, percebe-se que isso se dá pela falta de outros espaços para práticas de lazer e espaços culturais na cidade.

“Não concordo com isso, se é uma ruína ela tem que ser preservada no caso um patrimônio histórico tem que se preservado, então a prefeitura tinha que ter uma iniciativa de fazer uma pista de skate e um complexo de eventos, entre outros, mas eu não concordo não, está é depredando o que sobrou das ruínas”.

“O parque em si teria quer ter uma infraestrutura melhor, banheiros entre outros, para realmente fazer eventos tanto do município quanto da sociedade em si, enquanto a ruína é só uma memória que restou, pra mim ela não tem nenhuma utilidade”.

A última pergunta do questionário buscou saber dos entrevistados como o poder público poderia conservar e dar melhor uso às ruínas. Em geral, muitos não souberam responder ou repetiram a necessidade de conservação por meio de reformas e até mesmo a demolição. Em



vista disso, sugerimos que para combinar os usos sociais do patrimônio industrial representado pelas ruínas da CIMBA com a valorização da memória da cidade, é urgente a ação do poder público e sociedade civil para projetos de Educação Patrimonial com vistas a colocar em debate a importância do patrimônio local e até mesmo suas contradições.

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO FERRAMENTA PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA LOCAL EM ARAGUAÍNA.

Como resultado da pesquisa aplicada percebemos que não há, em primeiro lugar, uma identificação da população em relação às ruínas da fábrica CIMBA e que isso não colabora para a construção de uma memória local.

Neste texto, buscamos apresentar a ideia de que para a construção de uma memória coletiva em Araguaína acerca de seus bens culturais e patrimoniais a Educação Patrimonial pode ser um caminho possível, haja vista que, ao que pudemos avaliar na pesquisa há um sentimento contraditório sobre a função das ruínas enquanto elemento patrimonial da paisagem da cidade, onde a identificação com o bem, assim como seus usos ou abandono por parte do poder público caracterizam uma falta de apropriação desse patrimônio.

Neste contexto, vemos que iniciativas de Educação Patrimonial podem ser uma ferramenta importante para trabalhar junto a sociedade civil os lugares de memória da cidade de Araguaína. Nesse sentido, pautamos este último item com algumas considerações sobre a Educação Patrimonial.

Para Viana (2006, p. 130) “a educação, em sentido amplo, representa tudo aquilo que pode ser feito para desenvolver o ser humano e, no sentido estrito, representa a instrução e o desenvolvimento de competências e habilidades”. Ao se falar em Educação Patrimonial, portanto, estamos juntando dois conceitos, que é educação e patrimônio, que por si só, são temas bastante complexos, mas de certa forma, inseparáveis.

A Educação Patrimonial gera possibilidades de educação não formal, seja ela vinculada ou não às atividades escolares. A Educação Patrimonial promove, nesse sentido, o envolvimento da comunidade, atrelando-se às diferentes áreas do conhecimento humano, no entanto, é comum deixarem as discussões sobre o tema somente aos conhecimentos da disciplina de História, o que acaba sendo um grande equívoco. Sendo assim, o conceito de Educação Patrimonial aponta que:

(...)a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como



recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. (FLORÊNCIO *et al*, 2014, p. 19).

Educação Patrimonial é mais efetiva quando vivenciada pelos cidadãos, pois deve fazer sentido e serem percebidas nas práticas cotidianas, na medida em que a sensibilização em torno do patrimônio cultural passa diretamente ou indiretamente por transformações e ressignificações no decorrer do tempo e do espaço, ou seja, no cotidiano vivido pelas pessoas.

Para Tolentino (2016), o patrimônio cultural é uma construção social e, portanto, deve ser apropriado socialmente, e por isso, a Educação Patrimonial é concebida também a partir da noção de referências culturais, ou seja, dos lugares e objetos que fazem parte de uma comunidade, e nestas referências, ela se reconheça e reconheça sinais da história, da memória ou da identidade local. O autor completa dizendo que são nos referenciais que são conformadas socialmente a participação efetiva dos detentores e produtores dessas mesmas referências, por meio de um processo permeado de consensos e conflitos, (TOLENTINO, 2016), assim como se observou no contexto desta pesquisa.

Mas para além do conceito do que é Educação Patrimonial, Tolentino (2016) chama a atenção para o fato do que não seria a Educação Patrimonial, pois há ainda entendimentos equivocados sobre a temática. Para ele são cinco falácias sobre o conceito de Educação Patrimonial: A saber: a Educação Patrimonial não é uma metodologia ou um instrumento de alfabetização cultural; a Educação Patrimonial não surgiu, no Brasil, nos anos 1980; a Educação Patrimonial não se configura uma conscientização da população para a preservação do patrimônio cultural; a Educação Patrimonial não se destina aos patrimônios culturais tutelados pelo Estado; e por fim, não é preciso conhecer para preservar.

Estas afirmações vêm a contestar a própria noção de Educação Patrimonial que o IPHAN defendia até pouco tempo atrás, principalmente ao fato de que Educação Patrimonial era uma metodologia ou instrumento, pois é preciso pensar o papel da Educação Patrimonial e como ela se vincula a outros fenômenos sociais, como o lazer e o turismo. Assim sendo, o lazer turístico, pode estimular o reconhecimento do próprio espaço e dos bens patrimoniais, e agir, de certa forma, contra o esvaziamento dos bens patrimoniais e do próprio espaço público.

São diversas as faces do lazer, desde as mais conhecidas: diversão, recreação e entretenimento, até as mais distantes do imaginário popular: formação, criação e participação



social (RODRIGUES, 2019). Nesse sentido, é importante notar que as práticas de lazer e de Educação Patrimonial coexistem intrinsecamente em relação aos bens patrimoniais.

É justamente neste contexto que o lazer cultural surge e os espaços públicos, como os parques e os lugares de memória e monumentos históricos têm um papel fundamental não só do ponto de vista do lazer, mas também da Educação Patrimonial, assim como enxergamos na potencialidade do parque CIMBA e suas ruínas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho procurou entender as Ruínas do Parque CIMBA como patrimônio industrial e as possibilidades de Educação Patrimonial em Araguaína – Tocantins. Para tanto, buscou compreender as possibilidades de valorização do patrimônio industrial, representado pelas ruínas da antiga fábrica CIMBA em relação à percepção dos frequentadores do parque.

Após levantamento do referencial teórico constatamos que não há muitos trabalhos sobre o tema, principalmente na forma de livros ou artigos científicos. O que encontramos, de fato, foram trabalhos acadêmicos de graduação e pós-graduação, muitos deles elaborados na Universidade Federal do Tocantins com temáticas da história local, geografia urbana, paisagem, lazer e turismo. Assim sendo, constatamos que uma abordagem a partir do patrimônio ainda é escassa.

Importante ressaltar, neste contexto, que a falta de informações mais específicas sobre a CIMBA e sua história mostrou-se um desafio, mas também é possível afirmar que em se tratando de um potencial ou efetivo patrimônio cultural da cidade, destaca-se que, como demonstram alguns trabalhos consultados, a memória sobre o lugar não é tão evidente, principalmente por se tratar, de certo modo, de um patrimônio industrial que não tem muita articulação com a cidade nos dias de hoje.

Uma possibilidade, para levantamentos futuros, deve levar em conta a memória dos trabalhadores que ali vivenciaram a fábrica em um momento específico da história local.

Sobre este ponto, concluímos que a memória representada pelas ruínas do Parque CIMBA está em disputa, em relação ao seu esquecimento, ou pela possibilidade de sua ativação por meio de ações, que, todavia, dependem do poder público e da participação social. Nesse sentido, uma das possibilidades de salvaguardar ou até mesmo preservar o lugar como um lugar de memória, deve passar pelas ações de Educação Patrimonial, que por sua vez podem despertar para o contexto do lazer cultural.



A fábrica CIMBA, no passado, teve um papel importante para a economia local da cidade, e as respostas dos entrevistados reverberam esta afirmação, no sentido de que muitos, ao pensar nas ruínas como patrimônio, ressaltaram o aspecto da importância da fábrica para a cidade.

Ao que pudemos perceber, propostas de Educação Patrimonial podem fomentar as possibilidades para a construção de uma memória local coletiva em Araguaína em relação a sua própria história, na defesa de bens culturais, não somente este que analisamos, mas como um todo, pois apesar da recente história econômica dos municípios, na cidade convivem diferentes identidades e culturas.

As considerações deste trabalho podem contribuir para uma melhor compreensão da memória coletiva da cidade e do monumento representado pelas ruínas da fábrica CIMBA. Todavia, conforme identificamos nas entrevistas este monumento não está integrado à dinâmica do parque e nem da cidade, que tem suas características mais relacionadas ao lazer esportivo. Falta, portanto, ações para a valorização e usos sociais mais condizentes com este que aqui chamamos de patrimônio industrial de Araguaína.

Ainda assim, devemos apontar a importância do conjunto do parque CIMBA, as opções de lazer ali existentes e de práticas de esporte, que podem, certamente, serem integradas a ações culturais e formas de educação, como aqui tratamos.

Este trabalho, por fim, cumpre seus objetivos, ainda sabendo das dificuldades em se tratando de temas ainda pouco debatidos e que necessitam de mais tempo para amadurecimento das questões envolvidas. A partir dessa experiência e do contato direto com este patrimônio cultural, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, entendemos que a Educação Patrimonial busca levar a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização das heranças culturais, e assim, evidenciando um melhor usufruto dos bens patrimoniais, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos e formas de lazer cultural, num processo contínuo de educação.

Nesse sentido, pode se dizer que a contemplação do patrimônio industrial da cidade de Araguaína, mostrada ao longo dos resultados que seguem adiante expostos, compreendem uma parte importante do desenvolvimento da cidade tendo impactado significativamente o seu desempenho e demais atividades econômicas ao longo dos anos, principalmente o que não se percebe, por parte da população, de um espaço que poderia ser melhor aproveitado.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAGUAÍNA (TO). **Prefeitura**. Disponível em: <http://www.araguaina.to.gov.br/portal/paginas.php?p=turismo>. Acesso em 15 de outubro de 2022

_____. Lei Nº 2424/2005. **Lei Municipal Plano Diretor de Araguaína**. Disponível em: <<http://leis.araguaina.to.gov.br/lei/2424/611.aspx>>. Acesso em: 10 outubro de 2022

BRASIL. **Constituição Federal brasileira**: Artigo 216. Brasília, 1988.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

EMBRAPA. **MATOPIBA**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-matopiba> Acessado em 18 de outubro de 2022.

FERDENDDES, Lilian Fonseca. **O Parque Ecológico Cimba**: território e cultura como elementos da percepção ambiental em Araguaína. Dissertação (mestrado).

FLORENCIO, Sônia. et al. **Educação Patrimonial**: histórico, conceitos e processos. 2 ed. rev. ampl. Brasília: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo. Centauro, 2004.

IBGE Cidades. **Araguaína**. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to/araguaina.html>. Acesso em 20 de outubro de 2022.

IPHAN **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília, 1999. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf Acessado em 02 de outubro de 2022.

OLIVEIRA, Filipe Vieira de. **Patrimônio cultural e natural, turismo e desenvolvimento local no município de São José do Barreiro – SP**: Uma esperança condicional. 2020. 228 fls. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Instituto de Energia e Ambiente. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 10. São Paulo, 1993.

PEREIRA, A. J. **Leituras de paisagens urbanas**: um estudo de Araguaína – TO. 2013. 312 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Uberlândia, 2013.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo, Edusp, 2012.



SILVEIRA, Marcos Cesar Borges da. **Herdeiros de Sisífo**. Trabalho e trabalhadores do antigo Norte de Goiás (1960-1975). Tese (doutorado). 228fls. Universidade Federal do Rio Grane do Sul. Porto Alegre, 2009.

RODRIGUES, Ana Paula Rosa. **As transformações do universo museal pelos paradigmas do conhecimento e o aprimoramento de sua função social a partir da Nova Museologia**. 2019. 152 f. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

RODRIGUES, Marly. **Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo**. In : FUNARI, Pedro Paulo. PINSKY, Jaime (ORG). Turismo e patrimônio cultural. 2º ed. São Paulo: Contexto, 2002.

ROSA, Carolina L. **O patrimônio industrial: a construção de uma nova tipologia de patrimônio**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em:
http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/14/1308189074_ARQUIVO_artigoANPUHCarolinaRosa.pdf. Acessado em 20 de outubro de 2022.

TOLENTINO, Átila. **O que não é Educação Patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática**. IPHAN, 2016. Disponível em:
http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educacao_patrimonial_05.pdf. Acessado em: 20 de outubro de 2022.

VIANA, Carlos Eduardo Souza. **Evolução Histórica do conceito de educação e os objetivos constitucionais da educação brasileira**. Disponível em:
<http://www.publicacoes.fatea.br/index.php/janus/article/viewFile/41/44> Acessado em: 01 de outubro de 2022.

Artigo recebido em: abril/2023

Artigo aceito em: março/2024